

# Modos de organização social e dinâmicas institucionais na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, estado do Pará, Brasil

*Social organization forms and institutional dynamics in the Tapajós-Arapiuns Reserve, State of Pará, Brazil*

Marcelo Moraes de Andrade<sup>a</sup>

Danielle Wagner Silva<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutorando no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – PPGSND da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, Santarém, PA, Brasil  
End. Eletrônico: mllblues@yahoo.com.br

<sup>b</sup>Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora na Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, Santarém, PA, Brasil  
End. Eletrônico: danicawagner@yahoo.com.br

doi:10.18472/SustDeb.v10n2.2019.19809

Received: 01/12/2018

Accepted: 13/08/2019

ARTICLE – VARIA

## RESUMO

Neste texto, discutimos a interdependência de processos que influem, direta ou indiretamente, nas condições de apropriação de recursos naturais e referenciam interações sociais que conformam correspondentes quadros institucionais a que se afiliam moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. A pesquisa que subsidia este texto tem caráter multidisciplinar, com utilização de diversas ferramentas para obtenção de informações. Utilizou-se a noção analítica de instituições (regras formais e informais) para referenciar as interpretações desenvolvidas. O objeto de análise considerado incide sobre práticas referenciadoras dos modos de vida dos moradores, compreendidas pelas alternativas de correspondência entre organização social e práticas produtivas. Constata-se que os quadros sociais de organização dos moradores foram construídos não apenas por aparatos institucionais tradicionais, mas por instrumentos de coordenação e ordenamento territorial para gestão de recursos comuns, princípios que criam institucionalidade baseada em pressuposta racionalidade projetada, com distintos desdobramentos e impactos sociais.

**Palavras-chave:** Instituições; Unidades de Conservação; Aparatos Institucionais; Mudanças Sociais.

## ABSTRACT

*In this text, we will discuss the interdependence in processes that influence, directly or indirectly, the conditions of natural resources' appropriation and list social interactions that will draw corresponding institutional frameworks to which dwellers of the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve will affiliate. The research that supports this paper has a multidisciplinary character, relying on the usage of various tools*

*for obtaining information. The analytical notion of institutions (formal and informal rules) has been used to reference the developed interpretations. The considered object of analysis reflects over practices in the dwellers' way of life, taking into account the alternatives of correlation between social organization and production practices. It is perceived that dwellers' social frameworks of organization were constructed, not only by traditional institutional apparatus, but also by using coordination instruments and land-use planning, to manage common resources. These principles create an institutional order based on a presumed rationality, with distinct unfoldings and social impacts.*

*Keywords: Institutions; Conservation Units; Institutional Apparatus; Social Changes.*

## 1 INTRODUÇÃO

Reservas Extrativistas correspondem a uma categoria de Unidade de Conservação – UC cujos principais marcos legais encontram-se referenciados na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc. Enquanto áreas tuteladas pelo poder público, constituem-se como territórios destinados à conservação de recursos naturais renováveis e à exploração autossustentável por populações extrativistas (ALLEGRETTI, 2008).

A institucionalização dessa categoria de UC surge “como fruto de um movimento político dos seringueiros acreanos em resposta à tentativa de expropriação da terra e ao processo de derrubada da floresta” (CAVALCANTI, 2002, p. 2).

A constituição de Reservas Extrativistas é convergente com a institucionalização de um conjunto de normas referentes ao uso e apropriação dos territórios que, amparadas no Snuc, passam a reger as interações sociais entre moradores da UC e o meio natural. A criação dessas áreas institui diferenciada dinâmica, uma vez que sua gestão pressupõe a inserção dos grupos sociais residentes na dinâmica dos aparatos racional-legal do Estado, a articulação com ampla rede de atores formalmente constituídos em instâncias de representação institucional (conselhos deliberativo e/ou comunitário), instrumentos formais de gestão territorial (Plano de Manejo, Acordo de Gestão).

No plano dessa construção social, o projetado e desejado consentimento quanto a normas e procedimentos também implica vigilância, haja vista que práticas referenciadoras dos modos de vida desses grupos sociais, vinculadas à utilização dos recursos da floresta, tais como a constituição de roçados, retirada de madeira para construção de casas e o uso da palha branca na cobertura destas, passam a depender de autorização do órgão gestor da UC. Por isso mesmo, a constituição dessas UC ressalta seu caráter fortemente normativo, a ponto de reivindicar concepções preconizadoras de ordem projetada e supostamente eficaz para legitimar paradigmas de conservação ambiental.

Contudo, o consentimento ou acordo relativamente formal, tão desejado no bojo da referida construção, também implica a superação de muitos desafios, desde então enfrentados pelas populações tradicionais residentes em Reservas Extrativistas. Um desses desafios, corroborando Silva (2014, p. 2), é “decifrar e aprender como se movimentar segundo a racionalidade estatal moderna ou ser devorada por ela”.

O autor critica, assim, o formalismo estatal que tem fundamentado procedimentos de dominação referenciadores da relação entre agentes públicos que gerenciam UC e populações tradicionais, ou seja, por esses termos reconhecidas por instalação pretérita nos espaços correspondentes de enquadramento. Para ele, esse desafio configura tanto um obstáculo quanto uma condição para a superação de empecilhos que limitam o pressuposto desenvolvimento dessas populações. Referenciado por Max Weber, Silva (2014) considera o Estado como o espaço das ações racionais e como esfera de dominação racional/legal, razão pela qual contesta essa interposta racionalidade diante das práticas habituais das populações residentes nessas UC, tradicionalmente ligadas a valores e normas informais ou consensuais de conduta.

As distintas condições de constituição das populações tradicionais da Amazônia são ressaltadas nesse contexto de intervenções referentes à política ambiental, por isso, ao mesmo tempo, conferem a essa categoria um peculiar modo de organização, cujos saberes, técnicas, costumes e valores

articulam-se à dinâmica institucional que baliza seus modos de vida. Diegues (2000, p. 22) aponta algumas peculiaridades desses grupos ao reconhecerem que sua diferenciação social foi construída na reprodução de seu “[...] modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente”.

Conquanto, para nesses termos alcançarem legitimidade, as populações residentes em Reservas Extrativistas precisam fundamentar suas ações em regulamentações formais legais derivadas de novas instituições intervenientes. A partir dos pressupostos teóricos de North (1994), esse contexto ilustra a relevância do papel de normas, regras formais e informais, valores e crenças incidentes na organização de estruturas sociais de ordenação do modo de vida.

Considerando que suas ações e práticas são inerentes ao “modo de vida baseado em valores comunitários informais, repassados de geração a geração e cristalizados através dos tempos” (SILVA, 2014, p. 10), essa diferenciada realidade, não obstante, é construída mediante estranhamento das populações tradicionais em relação à nova lógica de ordenamento da vida cotidiana imposta pela condição de UC.

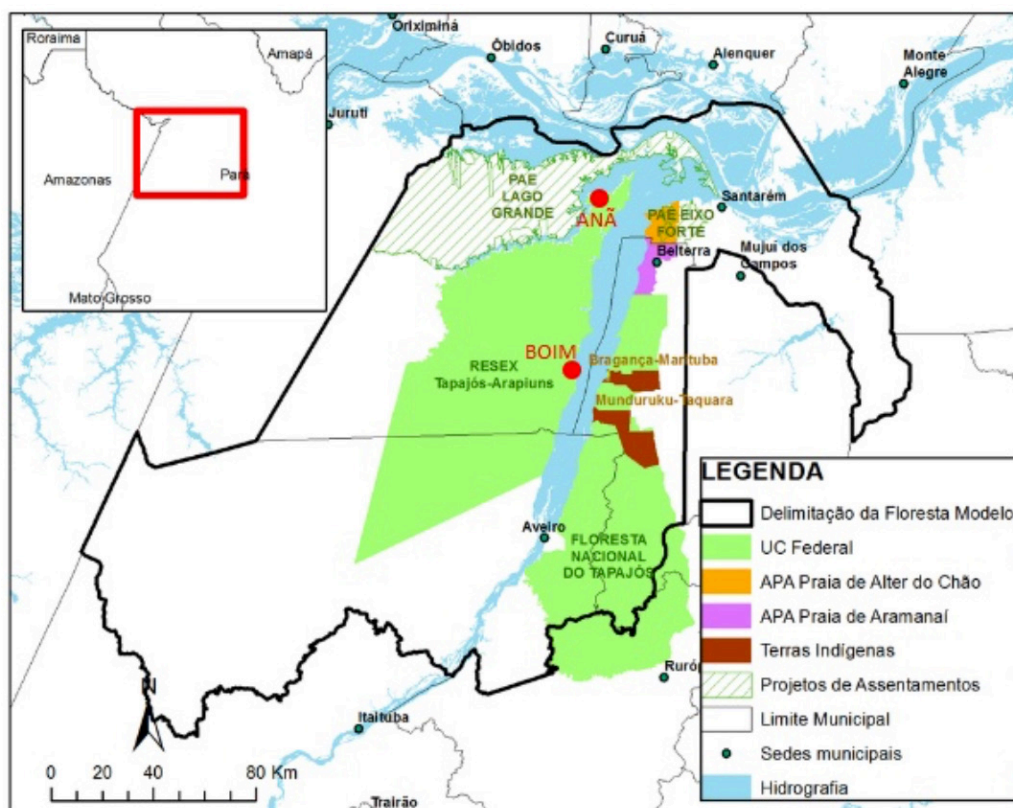
Assim fundamentado, neste texto discutimos as mudanças nos arranjos sociais decorrentes de mudanças institucionais incidentes sobre moradores das comunidades Anã e Boim, situadas na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, de agora em diante referida como Resex. Neste texto, a noção analítica de instituição adotada para referenciar as interpretações desenvolvidas corresponde ao sistema de regras formais (aparatos legais, leis, normas, etc.) e regras informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta).

O texto está estruturado a partir de quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na seção a seguir, qualificamos procedimentos metodológicos e o referencial universo empírico, ou as situações sociais correspondentes; em sequência apresentamos brevemente o referencial teórico que escopa a discussão sobre as mudanças em curso na UC. Na terceira seção, subsidiados por Allegretti (2008), Barreto Filho (2006), Brasil (2007), Little (2002), e Pureza, Pellin e Padua (2015), tratamos de definições teóricas e normativas, especificamente relacionadas às categorias populações tradicionais e Reservas Extrativistas. Na seção seguinte apresentamos os resultados da pesquisa, discutindo mudanças sociais em curso na UC.

As discussões deste texto são baseadas em dados preliminares referentes à pesquisa de doutorado do primeiro autor, sob orientação da professora Delma Pessanha Neves, a quem agradecemos a leitura da primeira versão do texto que fora apresentada em formato comunicação oral no II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos, realizado em Belém do Pará, no ano de 2017, tendo este, *a posteriori*, sido revisado e complementado para submissão à revista.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa de campo que fundamentou este texto foi realizada com moradores das comunidades Anã e Boim, situadas na Resex Tapajós-Arapiuns, municípios de Santarém e Aveiro (Figura 1). De acordo com a organização espacial do estado do Pará, Aveiro situa-se na mesorregião sudoeste, e Santarém na oeste. Parte do território da Resex está situada no interflúvio de dois importantes rios da região, o Tapajós e o Arapiuns, daí originando-se o nome da UC (BRASIL, 2014).



**Figura 1 |** Localização de Anã e Boim no contexto regional, com destaque para as UC e municípios.

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Serviço Florestal Brasileiro (SFB, 2017).

A Figura 1 acima, ilustrando a contextualização do recorte espacial do lugar da pesquisa, exemplifica uma das formas de concepção geopolítica da região. Essa representação da região faz parte da estrutura oficial de gestão do território. Boa parte das comunidades ribeirinhas da Resex formou-se a partir de antigas vilas constituídas por velhas missões jesuítas e lugares de remotas aldeias indígenas (CEAPS – PROJETO SAÚDE ALEGRIA, 2012).

De acordo com dados do Plano de Manejo (BRASIL, 2014) da UC, em 2013, foram contabilizadas 75 comunidades distribuídas entre as calhas dos rios Tapajós e Arapiuns, onde viviam em torno de 3.466 famílias, as quais correspondiam, aproximadamente, a 27.027 comunitários.

A comunidade Boim foi fundada em 1690 por jesuítas, teve grande importância para a região por ter servido de entreposto comercial para as “drogas do sertão”. Com um processo de formação muito próximo do comumente encontrado em comunidades ribeirinhas da Amazônia, a criação de Anã data de 1954. Cada comunidade possui cerca de 100 famílias residentes.

Os dados empíricos foram coletados a partir das seguintes etapas: i) participação e acompanhamento dos moradores em ambientes institucionais de tomada de decisão (conselhos deliberativo e comunitário), em reuniões realizadas entre os anos de 2016 e 2019, em um total de 13 participações; ii) incidências em campo para realização de entrevistas e acompanhamento das práticas rotineiras das famílias, sendo efetuadas nove (9) incursões no campo, com durações de três (3) a seis (6) dias, durante os anos de 2017 e 2018. Ao todo foram realizadas doze (12) entrevistas com auxílio de um roteiro.

Além das entrevistas, como instrumento metodológico, adotou-se a observação participante. Para Becker (1994, p. 58), a observação participante está diretamente relacionada ao conceito de sistema social, “explicando fatos sociais específicos através de referência explícita a seu envolvimento num complexo de variáveis interconectáveis que o observador constrói como um modelo teórico da organização”.

### 3 INSTITUIÇÕES E INSTITUCIONALISMO

Dada a amplitude de significados da noção de instituições, tornam-se necessárias não apenas algumas qualificações, mas, também, de certa forma, uma tomada de posição diante de tão significativo debate voltado para lhe atribuir precisão e estatuto conceitual. Assim, o estudo das instituições, também chamado “institucionalismo”, em certos campos disciplinares descortina múltiplos sentidos. No campo da economia, por exemplo, consolidou-se a corrente analítica conhecida como Nova Economia Institucional – NEI. Essa corrente aborda questões voltadas para a compreensão do papel das instituições no quadro de diversas estruturas sociais, do mercado e da interação dos agentes (CONCEIÇÃO, 2002; NORTH, 1994; PUTNAM, 2006; SANTOS, 2007).

Na abordagem da NEI, as instituições são invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo. Na perspectiva de North (1994), as instituições são regras formais (aparatos jurídicos), informais (construtos mentais) e mecanismos de garantia de cumprimento dessas regras (NORTH, 1994).

Para Bonfim (2007, p. 20), “uma distinção básica entre regras informais e formais é que as primeiras não precisam, necessariamente, estar codificadas e amparadas no sistema jurídico; elas podem, em alguns casos, existir apenas nas mentes das pessoas”. North (1994) reconhece que a maior função das instituições é garantir a regularidade do comportamento humano, e, ao mesmo tempo, alerta para a necessidade de identificação do modo como os comportamentos são alterados como expressão de diferentes estruturas institucionais.

Dequech (2011), a partir da compreensão de que instituições são padrões socialmente compartilhados de comportamento, esmiúça reflexivamente esse entendimento. O primeiro ponto a ser considerado, segundo o autor, é a inclusão de padrões, prescritos ou descritos, que indicam o que pode ou não ser feito (regras). Sua construção social refere-se ao “[...] contraste com causas genéticas ou outro tipo de causa natural” (DEQUECH, 2011, p. 607).

No institucionalismo sociológico, além das regras formais e informais, as instituições incluem “[...] os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem ‘padrões de significação’ que guiam a ação humana” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 209). Os investimentos dos estudos concentram-se na compreensão da influência das instituições nos modos de comportamento dos atores sociais, à medida que proveem estruturas, categorias e modelos cognitivos. Por isso mesmo, esses autores ressaltam que o sistema de normas e modos de cognição são elementos indispensáveis à ação, sem os quais a interpretação do mundo e o comportamento dos atores seriam impossíveis (HALL; TAYLOR, 2003).

Douglas (1998), compartilhando de perspectiva teórica similar à assumida por Berger e Luckmann (1985), considera instituições como um quadro de conhecimento compartilhado e transmitido como receita, em que o conhecimento fornece as regras de conduta institucionalmente adequadas. Conforme Douglas (1998, p. 60), “quanto mais amplamente as instituições abrigam as expectativas, mais elas assumem o controle das incertezas, com um efeito a mais: o comportamento tende a conformar-se à matriz institucional”.

Berger e Luckmann (1985, p. 79) afirmam que as instituições se originam da tipificação que os atores fazem de suas ações habituais. Os autores explicam que essas tipificações, consideradas por eles como recíprocas, constituem o estoque de conhecimento socialmente compartilhado pelos indivíduos que, no curso da história, acionam-no e reproduzem-no. Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado equivale a afirmar que este foi submetido ao controle social.

Nesse caso, a necessidade de desenvolver novos mecanismos de controle social só se justifica quando os processos de institucionalização não são bem-sucedidos (BERGER; LUCKMANN, 1985). Nesse sentido, à medida que as instituições informais reproduzem esses controles sociais, as instituições formais, representadas pela normatização jurídica, passam a representar papel secundário como mecanismo de controle (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Se o empenho conceitual apontado por diversos autores foi até aqui perfilado, as distinções reclamadas não secundarizam alguns acordos em relação ao reconhecimento de que instituições são diferentemente padronizadas conforme processos contextuais de construção e de que não podem ser reduzidas ao controle porque as definições em busca de acordos consensuais ou impositivos são produtos da condição cognitiva do homem, que produz o ambiente social em que alcança existência.

Por isso, assumimos uma sintética apresentação da noção de instituições para efeitos desta análise, considerando-a suficiente para elucidar a pertinência do termo. Théret (2003), ao construir analiticamente a distinção do institucionalismo valorado na Ciência Política, Economia e Sociologia, afirma que “analisadas em comum, elas possuem características coincidentes e influências mútuas que as conduzem a desenvolvimentos mais convergentes do que divergentes [...]”. Assim, a noção de instituições que adotaremos está pautada em sistematizações elaboradas a partir da contribuição de Berger e Luckmann (1985), Douglas (1998), Hall e Taylor (2003), e North (1994).

#### **4 A CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS E O RECONHECIMENTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

Como aponta Pureza, Pellin e Padua (2015, p. 130), a concepção de Resex foi instituída em período conturbado no que se refere à questão fundiária, especialmente na Região Norte do Brasil. As causas dessa tensão, embora com raízes bem mais antigas, remontam às décadas de 1960 e 1970. A partir de meados do século XX, a ocupação do território amazônico foi impulsionada por diversas questões, em especial, pela migração decorrente do fomento à extração da borracha (FERREIRA, 2010).

No campo de embates, especialmente postulantes de expectativas de amenização de conflitos e contenção dos impactos ambientais derivados da ocupação do território amazônico, mais expressivos no decorrer da década de 1990, os governos federal e estadual investiram na criação de UC. Ao final daquela década, a concepção de Reserva Extrativista representou um especial paradigma de gestão, que abarcava maior área geográfica, maior número de comunidades tradicionais e que problematizava a possibilidade de desenvolvimento a partir do viés da sustentabilidade ambiental.

Segundo Pureza, Pellin e Padua (2015, p. 132-133), na perspectiva dos extrativistas, a forma Reserva Extrativista foi valorizada como “[...] um instrumento de Reforma Agrária, a partir do momento que consideravam a sua implantação como uma maneira de legitimar a posse e reconhecer os direitos à terra de quem dela tirava seu sustento e nela habitava havia longos anos”. Dessa forma, as Reservas Extrativistas são áreas de domínio público, da qual as populações tradicionais são usuárias, mediante regime de contrato de concessão de direito real de uso – CCDRU.

A noção de populações tradicionais é resultante de amplo contexto de discussão, envolvendo agentes em âmbito mundial entorno da construção de ideários de conservação ambiental, contemplando diálogos sobre a questão da presença humana em áreas protegidas (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015).

A Convenção da Diversidade Biológica – CDB, durante a realização da ECO-92, é considerada como marco inicial do reconhecimento das possibilidades de contribuições das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade, devido a seu conhecimento e suas práticas sustentáveis. Reafirmando o *status* conquistado pela categoria no campo político-ideológico, em fevereiro de 2007, por meio do Decreto nº 6.040, o Estado brasileiro instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A complexidade de definição precisa da categoria população tradicional, quando transmutada em conceito analítico, decorre do reconhecimento de que, na prática, essa categoria só pode ser considerada em sua pluralidade situacional (LITTLE, 2002). São diversas as noções que explicam populações tradicionais, mas, no campo analítico, há concordância quanto ao reconhecimento político de moradores de Reservas Extrativistas como populações tradicionais e convergência em torno da definição adotada por Barreto Filho (2006, p. 110): “a noção de ‘população tradicional’ expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais”.

Como constata o autor, a noção de populações tradicionais corresponde a conceito inventado no âmbito do conservacionismo internacional, que carrega consigo, habitualmente, críticas quanto à sua definição, pois se trata de categoria que engloba notável diversidade situacional, operando, assim, na homogeneização dos significados, especialmente para efeitos dos embates na produção e reconhecimento dos direitos adquiridos pelos respectivos segmentos populacionais. Com essa definição homogeneizante, a categoria e os respectivos grupos sociais, assim enquadrados, passam a ser reconhecidos como sujeitos pelo Estado.

Diante do exposto, priorizamos as condições em que são imbricadas as interações entre instituições e populações tradicionais residentes em UC, em especial os aparatos institucionais, tais como o conjunto de normas instituídas no âmbito e na constituição propriamente da Resex, por conseguinte, respectivos modos de organização dos moradores da unidade. Entre o repertório de aparatos institucionais engendrados pela criação da Resex, o Plano de Manejo constitui-se como um dos principais instrumentos de intervenção por ser direcionador do uso dos recursos naturais na UC, construído de forma coletiva – previsto no Snuc. Enquanto instrumento de gestão, o Plano de Manejo representa uma forma de formalização de instituições. Dadas suas condições de construção, congrega um híbrido onde instituições informais podem ser institucionalizadas.

## **5 PARA ALÉM DO PLANO DE MANEJO: INSTITUIÇÕES E PROCESSOS DE MUDANÇAS SOCIAIS EM CURSO NA RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS**

A criação da Resex Tapajós-Arapiuns, conforme previsto no Snuc, demanda a institucionalização de um conjunto de normas formais que incidem sobre as diversas interações entre moradores, legislação ambiental, ambiente natural e agentes externos. Assim, embora o Plano de Manejo da Resex tenha sido instituído em 2014, em 1999, um ano após a criação da UC, foi elaborado por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em parceria com moradores da Resex, o primeiro instrumento normativo da UC, o Plano de Utilização.

Esse instrumento normativo cumpria dupla função: regulamentar a utilização dos recursos naturais, e era uma condicionante para a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU, que regulariza a situação fundiária dos moradores.

Em setembro de 2012, o ICMBio publicou a Instrução Normativa nº 29, que disciplina as diretrizes para a elaboração de Acordo de Gestão em UC de uso sustentável, que inclui Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Assim, por meio dessa Instrução Normativa, o Plano de Utilização da Resex passou a ser denominado Acordo de Gestão, entretanto, sendo mantidas as normas previamente estabelecidas.

Em 2008 foi iniciada a elaboração do Plano de Manejo da Resex, aprovado e publicado em 2014, incorporando o Acordo de Gestão. O documento registra 51 normas distribuídas em cinco grupos; cujo grupo com maior número de normas é o que trata do “uso da terra e floresta para o extrativismo”, com 25 normas.

O Plano de Manejo é um documento técnico, cujo conteúdo, além de apresentar uma série de informações sobre a Resex, propõe normas para o manejo (estabelecidas no Acordo de Gestão, em comum acordo entre moradores e gestores do Estado) e ações que visam ao desenvolvimento econômico e social das comunidades.

Esse documento foi elaborado por diversas entidades e órgãos governamentais, sobretudo pelo órgão gestor, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e pela Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – Tapajoara, representante de todos os moradores da UC e concessionária da área.

Considerando esse cenário normativo, a seguir discutimos algumas mudanças em curso no que se refere à organização social dos moradores das comunidades Anã e Boim ante a condições em que aparatos institucionais, enquanto definidores de regras formais, em contraposição, relacionam-se ao paradigma considerado tradicional ou consuetudinário de uso dos recursos naturais, outrora baseado em regras informais.

## 5.1 REARRANJOS DA REPRESENTAÇÃO DELEGADA

O impacto social da criação da Resex refletiu nos modos de representação social dos moradores, uma vez que gerou a necessidade de organização coletiva estruturada conforme exigências do campo de mediação, geralmente por meio de associações.

A formalização da organização social é institucionalizada pelos agentes do Estado como forma mais articulada para gestão do território, configurando-se como instrumento regulador que compõe o ambiente institucional e as estruturas de governança. North (1994) destaca que o ambiente institucional é considerado o contexto no qual são definidos os princípios norteadores de normas que delineiam as regras do jogo.

Importa considerar que experiências organizativas são partes inerentes à organização das comunidades na região, porém, após a criação da Resex, o número de associações comunitárias e intercomunitárias aumentou significativamente para garantir a representação e promoção da pressuposta inovadora ou padronizada gestão participativa. O conselho deliberativo da Resex, principal instância de tomada de decisões, é composto por 50 cadeiras; destas, 29 são destinadas a associações comunitárias e intercomunitárias pertencentes à UC.

No contexto anterior à criação da Resex, nas comunidades Anã e Boim, havia, respectivamente, duas e uma associação. Essas associações estavam estruturadas em conformidade com modelos de organização informal, sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, ausência de estatuto e sem prestação de contas. O processo de seleção dos membros gestores das associações ocorria a partir de acordos em assembleias, isto é, em conformidade com a disposição dos membros do grupo a aceitar ou não. A organização política estava relativamente restrita aos moradores reconhecidos pelo pertencimento às comunidades.

No atual contexto, existem sete associações na comunidade Anã, sendo quatro regularizadas no órgão competente. Nessa comunidade, essa forma de organização deve-se à demanda pela concorrência ao acesso de recursos à implantação de projetos de geração de renda e produção de alimentos. As associações recebem assessoria administrativa e financeira de Organizações não Governamentais – ONGs. Boim possui três associações; duas com CNPJ. O aumento no número de associações em Boim, segundo relato de entrevistados, deve-se a dissidências pessoais entre moradores.

Os modelos de associações formais, cujas ações estão referenciadas por meio de regras em estatuto social, consagraram uma estrutura organizacional de gestão (Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal), com a escolha de gestores mediante eleições com mandatos de temporalidade previamente limitada. As associações são alvo de muitas políticas governamentais como forma de atendimento às demandas sociais, o que favorece o desenvolvimento – ou mesmo a imposição – desse tipo de organização.

Esse fato tem consequências, uma vez que as associações são responsáveis pelas estruturas de governança instituídas e legitimadas pelo Estado ou cada vez mais definidoras de relações de poder nas comunidades e, nesses termos, também de conflitos nem sempre resolvidos pela preconizada consensualidade.

As associações conformam arenas de embates, correspondentes à construção de espaços de mediação de conflitos. A busca de consenso sobre questões sociais pressupõe negociação de interesses conflitantes explicitados em espaços de negociação e de deposição de poder. Como as relações de parentesco são estruturantes da vida comunitária, elas se refletem nos processos de escolha de membros de associações, conselhos e lideranças comunitárias, posições diferenciais que conferem ao ocupante certo *status* nesse campo de relações.

Se por um lado as associações são difundidas por constituírem possibilidades de diálogos entre comunitários e agentes institucionais, por outro lado, podem ser desestruturantes de arranjos tradicionais. O padrão organizacional instituído pelas associações formais, que possibilitam diálogos com o Estado por intermédio de vários representantes, impõe um reordenamento da forma de agir das lideranças, visto que é sua função transitar em espaços referenciados ou integrantes do Estado.



Esse fato denota que a organização política passa a ser constituída em rede, em contextos relacionais dos agentes sociais. Visto que as formas de mobilização anteriores à criação da Resex estavam assentadas em modelos informais, a partir da leitura de North (1994), pode-se considerar que, com a ampliação da quantidade e da abrangência de ação das associações, estas representam uma nova estrutura institucional.

## 5.2 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NOS PADRÕES SOCIOPRODUTIVOS E NOS PROCESSOS DE TRABALHO

Muitos moradores das comunidades Boim e Anã articulam sua história de vida associada ao extrativismo, seja do látex da seringueira (*Hevea Brasiliensis*), da castanha (*Bertholletia Excelsa*), da sucuba (*Himatanthus sucuuba*), jutaí-cica (*Muirapixuna Caesalpinaceae*), andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), seja de outros recursos naturais.

Nas duas comunidades, boa parte dos moradores mais antigos foram seringueiros ou são filhos de seringueiros. Alguns ainda hoje mantêm seringueiras na expectativa de valorização do produto no mercado, mas também como símbolo de uma época na qual o cotidiano era organizado em torno da extração da borracha.

Durante muito tempo, a extração de látex e a produção de farinha constituíram as principais atividades econômicas na área hoje regularizada como Resex e também as que mais demandavam mão de obra. Pelo fato de essas atividades corresponderem a específico contexto histórico e se constituírem em torno da associação de objetivos que articulam organização social a visões de mundo, modos de projeção de estruturas organizacionais e posturas individuais, fatores fundamentais na configuração dessa mediação social (COSTA, 2009) da gestão comunitária, tanto a extração da seringa quanto a fabricação de farinha constituíram formas de instituições. Sua construção, reconhecidamente tradicional, deu-se por meio de um conjunto de regras que funcionam como filtros entre os indivíduos e o estoque de recursos naturais, capital físico, capital humano, tecnologia e conhecimento, tal como concebem North (1994) e Costa (2009).

Entretanto, devido à redução da demanda desses produtos, é cada vez menor o número de pessoas que se dedicam a essas atividades. A produção de farinha, que outrora demandava a utilização de mão de obra familiar, tem paulatinamente perdido importância, tanto enquanto atividade agrícola como atividade alocadora de mão de obra familiar.

Além disso, a agricultura itinerante de corte e queima nas comunidades, historicamente praticada por povos da Amazônia, após a criação da Resex passou a ser regulada pelas regras estabelecidas pelo Plano de Manejo. Como o potencial produtivo dos solos da região tem curta duração, de até três anos, ao final desse período, os agricultores iniciavam novo ciclo produtivo com corte e queima de uma nova área aberta na floresta. Essas áreas eram definidas previamente por meio de acordos comunitários. As áreas escolhidas para produção eram aquelas com maior potencial de biomassa, ou seja, áreas de floresta primária.

Atualmente, a abertura de áreas para cultivo na Resex é condicionada à solicitação prévia de licença emitida pelo ICMBio, na qual estão indicados o tamanho e a localização da área a ser derrubada. As áreas foram estabelecidas de acordo com o zoneamento incluso no Plano de Manejo. As áreas destinadas ao uso da população são floresta secundária e áreas de pousio (capoeiras). A abertura de áreas para cultivo sem autorização e/ou fora do local indicado sujeita o morador a multas. Esse novo contexto de gestão das atividades, baseado em ideários de conservação e controle externo, ressignifica a relação dos moradores com o território, gerando sensação de perda de autonomia sobre as decisões acerca de suas pretensas atividades.

Atividades como a caça e a pesca também foram e são importantes práticas definidoras da identidade social dos povos da Resex. Essas práticas são atividades aprendidas com os pais, que transmitem também um sistema de valor construído e institucionalizado ao longo de anos, balizando a dinâmica institucional, os modos de vida desses indivíduos e o respeito à preservação das espécies e reprodução

social do grupo. Nesse sentido, essas atividades são eivadas de valores socioculturais, isto é, históricos e simbólicos, que tendem a ser conflitantes com os princípios de intervenções territoriais que passam a referenciar o acesso e o uso dos recursos naturais.

Com o esfacelamento da economia extrativista e com a gradativa redução da área cultivada, comunitários de Boim e Anã têm buscado oportunidades de trabalho em centros urbanos. Recentemente, a integração de comunitários ao circuito de demandas de trabalho assalariado nas comunidades tem se dado por meio da vinculação a serviços públicos mínimos, como rede pública de ensino e postos de saúde. Mas é possível encontrar também moradores que estão atuando como assalariados permanentes fora da Resex.

Em dadas situações familiares, o homem ou a mulher reside na cidade de Santarém para trabalhar, enquanto o outro membro do casal permanece na comunidade cuidando da casa, dos filhos e, em alguns casos, do roçado. No que se refere à presença física, a família exprime a recomposição plena pelo retorno daquele que reside na cidade à comunidade aos finais de semana.

No que se refere a processos de trabalho coletivo, os comunitários demonstram pesar com o crescente desuso da organização para trabalho cooperativo no preparo da roça para o cultivo da mandioca. Os mutirões, chamados localmente de puxiruns, outrora constituíram importante prática baseada na lógica da troca do dia de trabalho e ajuda mútua, mas seus significados também estavam relacionados à sociabilidade das famílias envolvidas, dinâmicas sociais pautadas na interdependência. O puxirum envolve homens, mulheres, jovens e até crianças, agregação que exige muita organização para alimentação dos trabalhadores e execução da prevista tarefa.

A decadência do puxirum está associada à ampliação do vínculo dos agricultores à economia mercantil por meio da circulação nas comunidades de bens e produtos enquanto mercadorias, bem como da substituição do trabalho agrícola pelo trabalho assalariado. Além disso, ocorreram mudanças na forma de pagamento dos dias de trabalho: as pessoas passaram a pedir pagamento, em vez de trocar os dias de trabalho.

A monetarização da recompensa pelos dias de trabalho, associada à diminuição das áreas cultivadas, é institucionalizada nas relações entre vizinhos redundantes da depressão do desempenho de outra prática tida como norma/hábito padrão. Desse modo, o arranjo institucional configurado pelo puxirum – outrora responsável pela regularidade da ajuda mútua, da reciprocidade – foi fragilizado, evidenciando mudanças institucionais no que se refere à organização dos processos de trabalho e repercutindo no conjunto da vida social. Consequentemente e/ou paralelamente, também houve a diminuição do número de roçados, até mesmo diante das restrições que a correspondente implantação interpunha e diante da alternativa de compra de muitos dos produtos antes cultivados para o autoconsumo ou autoconsumo produtivo.

Contudo, experiências recentes, surgidas especialmente com a introdução de projetos com vista à geração de fontes de renda na comunidade Anã, como a produção de peixe em tanque-rede, produção de ração para peixe, extrativismo de mel de melíponas, turismo comunitário e criação de galinha caipira, vêm contribuindo para transformações nas relações de trabalho na comunidade. Destaca-se, então, que essas atividades são complementares ao trabalho assalariado, favorecendo processos produtivos e mercantis que possibilitam às famílias alcançarem os padrões por elas projetados de alternativas de consumo e composição do rendimento financeiro.

Bonfim (2007) ressalta que, do ponto de vista institucionalista, as instituições são criadas para atender a uma função específica. Nesse sentido, são expressões de dinâmicas contextuais, com características sociais e econômicas específicas.

Considerando que a maior função das instituições é garantir a regularidade do comportamento humano, North (1994) alerta para a necessidade de identificação do modo como os comportamentos são alterados por diferentes estruturas institucionais. Nesse sentido, pode-se observar que a combinação de diversas atividades produtivas associada a mudanças nos processos de trabalho passa a ser referenciada também por distintas estruturas institucionais vigentes em outros espaços sociais

(trabalho assalariado em centros urbanos), aos quais os moradores da Resex se afiliam na busca por fontes de receita, minimizando a dependência econômica dos recursos naturais. Soma-se a esses fatores o significativo número de famílias com acesso a programas públicos de transferência de renda, sendo os mais representativos o Bolsa Família, a aposentadoria, o seguro-defeso, salário-maternidade e o seguro-desemprego, que contribuem para o aumento da circulação de dinheiro na Resex.

Ressaltamos que, para além dos aparatos institucionais delineados pela criação da Resex, os moradores estão sujeitos também a influências relacionadas a processos de mudanças sociais de espectros mais amplos, tais como migração campo-cidade. Tais processos, objetivados nas práticas cotidianas dos moradores, promovem mudanças em suas relações sociais, consequentemente, em suas instituições.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste texto analisamos mudanças nos arranjos sociais decorrentes de mudanças institucionais incidentes sobre moradores das comunidades Anã e Boim, situadas na Resex Tapajós-Arapiuns. Constatou-se que, ao lado do conjunto de normas instituídas pela criação da Resex, muitas mudanças constatadas ou em curso, embora não constituam alterações diretamente relacionadas à criação da Resex, aqui foram consideradas importantes para a compreensão dessas mudanças. Desse modo, utilizamos o conceito de instituições, entendido como as regras do jogo social, de normas e valores que orientam a conduta do dia a dia, como elemento significativo na análise na medida em que regulam as interações dos moradores da UC.

Ao longo da formação do território, os quadros sociais de organização dos moradores das comunidades Anã e Boim foram construídos por aparatos institucionais tradicionais e não tradicionais. Mas também por instituições externas balizadoras de instrumentos de coordenação e ordenamento territorial para gestão de recursos comuns, princípios que criam instituições baseadas em pressuposta racionalidade projetada, com distintos desdobramentos e impactos sociais.

Além dessas instituições, elementos da vida moderna – maior contato dos moradores da Resex com meios urbanos, que propiciam assimilação de certos costumes e valores, tais como a aspiração de bens de consumo e produtos industrializados, alteração na estrutura econômica local por meio da inserção de postos de trabalho assalariados dentro e fora das comunidades, certa democratização do dinheiro – são desdobramentos relacionados a um amplo processo de desenvolvimento econômico e social do País, mas que vêm incidindo sobre o cotidiano das populações da Resex.

Nesse sentido, a partir das análises anteriormente apresentadas, pode-se afirmar que estão ocorrendo ressignificações referenciadoras das práticas de organização dos moradores das comunidades Boim e Anã, ressaltando que transformações nas estruturas institucionais são responsáveis por criar diferenciadas lógicas e racionalidades. As mudanças e os fenômenos que estão presentes no dia a dia das famílias da Resex exprimem a coevolução de universos mutáveis e relativamente intercambiáveis, construídos em ambientes de transformações, conflitos e disputas.

De fato, as famílias estão reestruturando seus modos de organização após a institucionalização de um conjunto de regras formais em decorrência da criação da Resex e de um conjunto de regras informais que, baseadas, mas principalmente legitimadas, na construída e reafirmada tradição, constroem parâmetros relativamente neutralizados de expressão de contradições e contraposições. A suposta pacífica referência à tradição é qualificadora de sentidos recriados para contraposição e questionamento da legitimidade da intervenção, eles mesmos legitimados por formas mais ou menos eficazes de negociação.

Porém, no próprio processo de concepção racionalizada dos moradores, nesse então novo contexto, ocorreu uma interposição, até porque nem todos operaram decisivamente na demanda da constituição da Resex e de tantas novas formas associativas. Em sendo universo cognitivo diferenciado com o qual os moradores devem conviver, eles terminam por reafirmar, com maior ou menor intensidade, o caráter de externalidade (ou “coisa a ser objeto de reflexão”) a ser questionada.

Ao mesmo tempo em que é colocada em questão ou desnaturaliza a suposta e contextualmente reafirmada tradição, esta própria e o mundo dos atribuídos agentes externos são objeto de reflexão e crítica, nem sempre se mantendo nesse plano, ou sendo construídos pela busca de consenso entre moradores. Estes ao conversarem com pesquisadores, visitantes ou comentarem entre si pelos quintais e varadouros que interligam casas e roçados, em meio a sussurros críticos em relação às seletivas práticas de intervenção não legitimadas, é de se esperar ou é de se contar possível, poderem vir a refletir a produção de outros significados referenciais para o convívio entre os agentes. Assim concluindo, ressaltamos, então, a importante dimensão cognitiva valorizada pelos autores por nós citados, como inerente às práticas de definição de normas, valores e sistemas de regras formais ou informais.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BARRETO FILHO, H. T. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006, p. 109-143.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 248 p.

BONFIM, F. C. R. **Governança ambiental e unidades de conservação do meio ambiente: uma abordagem institucionalista**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) – Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1832>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria nº 124. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**, v. 1 – Diagnóstico. 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2045>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CAVALCANTI, F. C. S. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as Reservas Extrativistas**. 2002. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286314/1/Cavalcanti\\_FranciscoCarlosdaSilveira\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286314/1/Cavalcanti_FranciscoCarlosdaSilveira_D.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL – Projeto Saúde Alegria. **Prazer em conhecer – Anã – Rio Arapiuns**. 2012. Disponível em: <[www.saudeealegria.org.br](http://www.saudeealegria.org.br)>. Acesso em: 27 jan. 2016.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2029>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

COSTA, F. A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: BECKER, B. K.; COSTA, F. de A.; COSTA, W. M. da. (Org.). **Um projeto para a Amazônia no Século 21: desafios e contribuições**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009, v. 1, p. 215-300. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000200002)>. Acesso em: 19 dez. 2014.

DEQUECH, D. Instituições e a relação entre economia e sociologia. **Estudos Econômicos (USP. Impresso)**, v. 41, p. 599-619, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n3/a05v41n3.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

DIEGUES, A. C. S. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. (Org.) DIEGUES, A. C. S. et. al. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas, 2000. 211 p.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 161 p.

FERREIRA, F. S. S. **Políticas públicas de ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA):** uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). 2010. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/dissertacao\\_fernanda\\_ferreira.PDF](http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/dissertacao_fernanda_ferreira.PDF)>. Acesso em: 17 dez. 2014.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova** [on-line]. 2003, n. 58, p. 193-223. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus (UCDB)**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, 2002. Disponível em: <<http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/23/32>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 38 p.

PUREZA, F.; PELLIN, A.; PADUA, C. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Matrix, 2015. 240 p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, S. R. S. Nova Economia Institucional. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO CENTRALIDADE E FRONTEIRAS DAS EMPRESAS NO SÉCULO XXI, I, 2007, São Carlos. **Anais...** Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fyimg.com%2Fimg%2Fgroups%2F16643321%2F2709464592Fname2FA2Bnova2Beconomia2Binstitucional.pdf&ei=8dVvUreQBs2NkAeUjICQAg&usg=AFQjCNFurTfUgAr282WtUzLMStzblV1vQ&bvm=bv.55123115d.eW0>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

SILVA, J. B. **População tradicional residente em Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira**. In: XIV SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA DA UDESC, 2014, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – PPGPGP, 2014. v. 2. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2014/810.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova** [on-line]. 2003, n. 58, p. 225-254. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100011>>. Acesso em: 16 mar. 2017.